

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.505 - RJ (2019/0049362-2)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO : TEODORA CRISTINA RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : CRISTIANE VIANA DE ANDRADE - RJ101856

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pela UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO INDENIZATÓRIA- ALEGAÇÃO DE ERRO MÉDICO - UERJ - PRAZO PRESCRICIONAL - 05 ANOS - DECRETO Nº 20.910/32 - TERMO INICIAL - CIÊNCIA DA VÍTIMA DA IRREVERSIBILIDADE DO DANO - PRECEDENTE JURISPRUDENCIAL DO STJ - AUTORA QUE TOMOU CIÊNCIA DO ERRO SOMENTE EM 2011 - AÇÃO PROPOSTA EM 2015 - NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO - RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta ofensa ao art. 1º do Decreto 20.910/1932, aduzindo que o termo inicial para contagem do prescricional contra a fazenda pública deve iniciar-se a partir do evento danoso.

A inadmissão do recurso especial se fez à consideração de que o acórdão recorrido adotou entendimento em consonância com a orientação firmada pelo STJ, a atrair o enunciado da Súmula 83/STJ.

Insurge a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial reúne condições de ser processado.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Dessume-se dos autos que a decisão que negou seguimento ao recurso especial se baseou no entendimento de que o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência do STJ (Súmula 83/STJ).

Contudo, do exame do agravo interposto, observa-se que o **agravante furtou-se de impugnar especificamente o mencionado fundamento**, limitando-se a argumentação de que *“Ponto de destaque que em abril de 2010 a autora tomou ciência*

do exame que diagnosticou a PAF. Nesse momento que a autora passou a ter conhecimento do evento danoso" (e-STJ fl. 715).

Desta feita, **competia ao agravante demonstrar que o entendimento adotado pelo acórdão recorrido está em descompasso com o entendimento do STJ, colacionando, para tanto, precedentes jurisprudenciais, em sentido favorável à tese recursal, ou que os precedentes invocados na decisão de inadmissibilidade não se aplicariam ao caso, o que não aconteceu no *casu*.**

Assim, o agravo em recurso especial **carece de fundamentação**, atraindo as consequências previstas no art. 932, III, do CPC/2015 (correspondente ao art. 544, § 4.º, inciso I, do CPC/1973), segundo o qual **não se conhecerá do agravo que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão de inadmissibilidade.**

A jurisprudência do STJ é assente no sentido de que impugnação à fundamentação contida na decisão agravada deve ser específica e suficientemente fundamentada e atacar os pontos do *decisum*.

Nesse sentido (grifo nosso):

PROCESSUAL CIVIL. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA.

I - A decisão recorrida foi publicada em data posterior a 17 de março de 2016, sendo plenamente aplicável, segundo o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, o art. 1.042 do Código de Processo Civil de 2015, que estabelece não ser cabível a interposição de agravo contra a decisão que não admite o recurso especial, quando a matéria, nele discutida, tiver sido decidida pelo Tribunal de origem em conformidade com precedente firmado por esta Corte sob o rito do art. 1.036 do CPC/2015 (art. 543-C do CPC/73).

II - Desse modo, não se afigura possível a apresentação de qualquer outro recurso a esta Corte Superior contra tal decisão, porque incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador da sistemática dos recursos representativos de controvérsia, instituída pela Lei n. 11.672/2008.

III - Negou-se seguimento ao recurso especial com base nos óbices de: Súmula 83. Agravo nos próprios autos que não impugna os fundamentos da decisão recorrida.

IV - São insuficientes para considerar como impugnação aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial na origem: meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à negativa de seguimento, o combate genérico e não específico e a simples menção a normas infraconstitucionais, feita de maneira esparsa e assistemática no corpo das razões do agravo em recurso especial.

V - No caso em que foi aplicado o enunciado n. 83 do STJ, incumbe à parte, no agravo em recurso especial, pelo menos, apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada. Não o fazendo, é correta a decisão que não conhece do agravo nos próprios autos.

VI - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1114189/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 13/04/2018)

PROCESSUAL CIVIL. PREPARO. RECOLHIMENTO EXIGIDO NA

LEI LOCAL. DESERÇÃO. SÚMULA 83 DO STJ. IMPUGNAÇÃO DEFICIENTE. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO. DESCABIMENTO.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A decisão agravada entendeu estar o acórdão estadual em consonância com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, fazendo incidir a Súmula 83 desta Corte, segundo a qual é possível o recolhimento do preparo para interpor o agravo previsto no art. 557, § 1º, do CPC/1973, dada sua reconhecida natureza recursal.

3. A rejeição monocrática do recurso especial com base no referido verbete exige da parte, no agravo interno, o ônus de indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos no decisor agravado com o fito de demonstrar ser diversa a orientação jurisprudencial do STJ, o que não aconteceu na espécie, mantendo-se deficiente a impugnação.

4. A Corte Especial do STJ entendeu que a interposição de agravo interno não inaugura instância recursal, razão pela qual se mostra indevida a majoração dos honorários advocatícios prevista no art.

85, § 11, do CPC/2015 (AgInt nos EAREsp 726.917/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/12/2017, DJe 06/02/2018).

5. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 694.853/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 18/04/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator